



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 5ª VARA DO TRABALHO DE NOVO HAMBURGO EM 11.11.2015

Aos 11 dias do mês de novembro de 2015, compareceu à sede da 5ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0006255-16.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Titular Rosane Marlene de Lemos, pela Diretora de Secretaria Carla Lenhard e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 10.12.1993

Data da última correição realizada: 02.12.2014

Data de Instalação do PJe: 13.06.2014

Jurisdição: Lindolfo Collor, Morro Reuter, Novo Hamburgo, Picada Café e Presidente Lucena.

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 11.11.2015

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juíza Atual

Juíza	Situação	Período
Rosane Marlene de Lemos	Juíza Titular	Desde 06.08.2014

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 05.11.2015)

2.1.2 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 5ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo, pertence à 60ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição compreende 04 vagas de zoneamento, atualmente ocupadas pelos Juizes Substitutos **Thiago Boldt de Souza, Ivanise Marilene Uhlig de Barros, Giani Gabriel Cardozo e Gustavo Pusch.**



2.1.3 Juizes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Patrícia Heringer	12.05.2012 a 20.07.2014	Juíza Titular	2 anos, 2 meses e 9 dias
2	Ana Paula Keppeler Fraga	07.01 a 07.03.2014	Atuação em razão do afastamento da Juíza Titular para proferir sentenças de seu resíduo	124 dias
		10.03 a 11.05.2014	Atuação em regime de Juiz Auxiliar compartilhado na 1ª a 5ª Varas do Trabalho de Novo Hamburgo	
-	Ivanise Marilene Uhlig de Barros	Juízes Substitutos Zoneados na Circunscrição		
-	Thiago Boldt de Souza			
-	Gustavo Pusch			
-	Giani Gabriel Cardozo			
3	Alessandra Casaril	08.05.2014	Atuação como Juíza Auxiliar	1 dia
-	Rosane Marlene de Lemos	Juíza Titular desde 06.08.2014		
4	Jaqueline Maria Menta	15 a 28.09.2014	Atuação em regime de Juiz Auxiliar compartilhado na 1ª a 5ª Varas do Trabalho de Novo Hamburgo	14 dias
5	Rafael Moreira de Abreu	29.09 a 16.11.2014		48 dias
6	Adriana Ledur	06 a 14.10.2014 20.10 a 23.11.2014 12.03 a 12.04.2015		74 dias
7	Patrícia Bley Heim	24.11 a 08.12.2014		15 dias
8	Charles Lopes Kuhn	09 a 19.12.2014		
		14 e 15.09.2015		
9	Edenir Barbosa Domingos	08 e 09.07.2015	Atuação como Juiz Auxiliar	2 dias
10	Sheila dos Reis Mondin Engel	01.09.2015 16 a 18.09.2015		4 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 05.11.2015)



2.1.4 Afastamentos das Juízas Titulares durante o Período Correcionado

Juíza	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Patrícia Heringer	Férias	14 a 19.07.2014	66 dias
	Afastamento a fim de proferir sentenças de seu resíduo	07.01 a 07.03.2014	
Rosane Marlene de Lemos	Férias	06 a 12.08.2014 09.02 a 10.03.2015 17.08 a 15.09.2015	67 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	30.09 a 21.11.2014	53 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 05.11.2015)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Carla Lenhard	Analista Judiciário - Área Judiciária	Diretora de Secretaria (CJ3)	10.12.1993
2	Silvana Teresinha Manfroi	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC05)	21.08.2014
3	Carlos Alberto Bento	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	03.07.1995
4	Mara Regina Aldrighi Ceron ¹	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Secretária de Audiência (FC03)	30.06.2008
5	Denisse Beier	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Assistente (FC02)	09.07.2007
6	Diego Souza Zimmermann	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Assistente (FC02)	09.01.2012
7	Rafael Fenner Gil	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Assistente (FC02)	05.12.2011



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

8	Bulganin Vilhena Pereira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	01.09.2003
9	Ana Sofia Lentz Stoffel	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	03.08.2005
10	Debora Lopes Ramos	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	06.08.2009
11	Gustavo Matos Casagrande	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	14.07.2014
12	Rosicler Adriana Lourenço de Almeida (Em férias)	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	01.12.2014

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 22.10.2015)

¹ Servidora registra lotação anterior na Unidade Judiciária de 05.03.2003 a 25.02.2007.

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.274 processos	1.001 a 1.500	12 servidores	11 a 12 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, com as alterações previstas nas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 5ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo está **de acordo** com o parâmetro previsto na referida norma.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Ana Sofia Lentz Stoffel	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	1
Bulganin Vilhena Pereira	Doença em Pessoa da Família	3	11
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	8	
Carla Lenhard	Curso ou Evento	1	1
Carlos Alberto Bento	-	-	-
Debora Lopes Ramos	Casamento	8	33
	Doença em Pessoa da Família	14	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	11	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Nome do Servidor	Descrição do Afastamento	Quantidade de Dias	Total de Dias
Denisse Beier	-	-	-
Diego Souza Zimmermann	Curso ou Evento	1	5
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	1	
	Trabalho nas Eleições	3	
Gustavo Matos Casagrande* (desde 14.07.2014)	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	6
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	2	
	Trabalho nas Eleições	3	
Mara Regina Aldrighi Ceron	Curso ou Evento	1	1
Rafael Fenner Gil	-	-	-
Rosicler Adriana Lourenço de Almeida* (desde 01.12.2014)	-	-	-
Silvana Teresinha Manfroi* (desde 21.08.2014)	Curso ou Evento	2	2

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 22.10.2015)

* Servidor(a) lotado(a) na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Nº	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Diane Lara Arnold	01.07.2009	11.05.2014	4 anos, 10 meses e 11 dias	Lotação na 2ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo
2	Thobias Canterle de Oliveira*	19.06.2012	11.08.2014	2 anos, 1 meses e 23 dias	Lotação na 23ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – Assistente de Juiz Titular (FC05)
3	Ana Luiza Cerqueira de Melo	31.03.2014	29.10.2014	6 meses e 29 dias	Lotação na Secretaria da Corregedoria - Assistente de Juiz (FC05)

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 22.10.2015)

* O servidor já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Titular (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.



2.2.5 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Jessica Barros Góes	Superior em Direito	10.08.2015 a 09.02.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 22.10.2015)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação das Juízas Titulares e dos Juizes Substitutos Zoneados durante o Período Correccionado

Juiz (a)		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	Patrícia Heringer	-	8	-	8
	Rosane Marlene de Lemos	-	12	24,5	36,5
Substitutos Zoneados	Thiago Boldt de Souza	-	8	91	99
	Ivanise Marilene Uhlig de Barros	-	8	141	149
	Giani Gabriel Cardozo	-	-	144,5	144,5
	Gustavo Pusch	-	-	41	41

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 22.10.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Ana Sofia Lentz Stoffel	-	20	20	40
Bulganin Vilhena Pereira	-	20	-	20
Carla Lenhard*	20	20	53	93
Carlos Alberto Bento	-	20	-	20
Debora Lopes Ramos	-	20	55	75
Denisse Beier	-	20	6	26
Diego Souza Zimmermann	-	26	-	26
Gustavo Matos Casagrande	20	28	212	240
Mara Regina Aldrighi Ceron	-	26	-	26
Rafael Fenner Gil	20	20	53	93

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 22.10.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

* Gestora da Unidade Judiciária.



3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.542	1.583	2,66%	1.547	-2,27%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	125	157	25,60%	178	13,38%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.433	1.555	8,51%	1.729	11,19%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	72	54	-25,00%	75	38,89%
Total	3.172	3.349	5,58%	3.529	5,37%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 27.10.2015)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

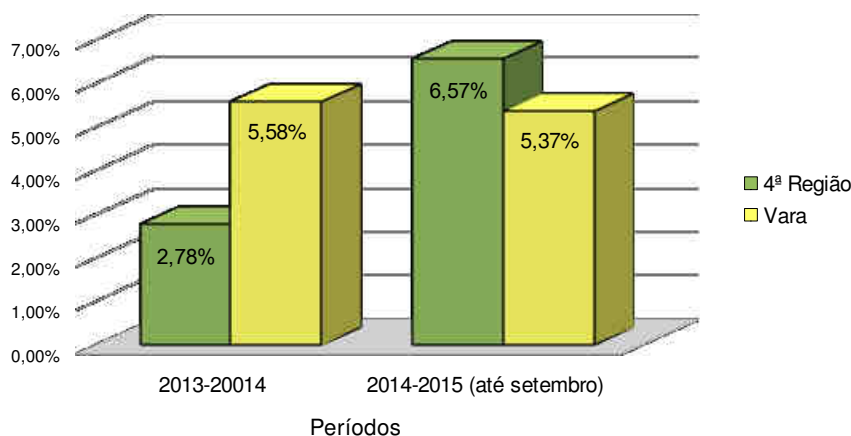
*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, houve majoração de 5,58% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, a execução foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 122 processos), enquanto a liquidação registrou o maior aumento percentual (25,60%); por sua vez, o acervo de cartas precatórias e de ordem foi o único que registrou queda (18 processos, o que importa em um decréscimo de 25,6%) no período sob análise.

A variação do acervo de processos na 5ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo em 2014 foi superior ao resultado apresentado pela 4ª Região no período, quando registrada uma elevação de 2,78% dos processos em tramitação. Ademais, no período de janeiro a setembro de 2015 o estoque de processos tramitando avançou 5,37%, índice abaixo da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.



Varição percentual do acervo de processos tramitando



3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos Pendentes de Solução

	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 30.09)	Varição 2014-2015
Casos novos	1.236	1.305	5,58%	926	-29,04%
Sentenças anuladas/reformadas	18	38	111,11%	11	-71,05%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	1.457	1.365	-6,31%	879	-35,60%
Processos pendentes de solução	745	701	-5,91%	780	11,27%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 27.10.2015)

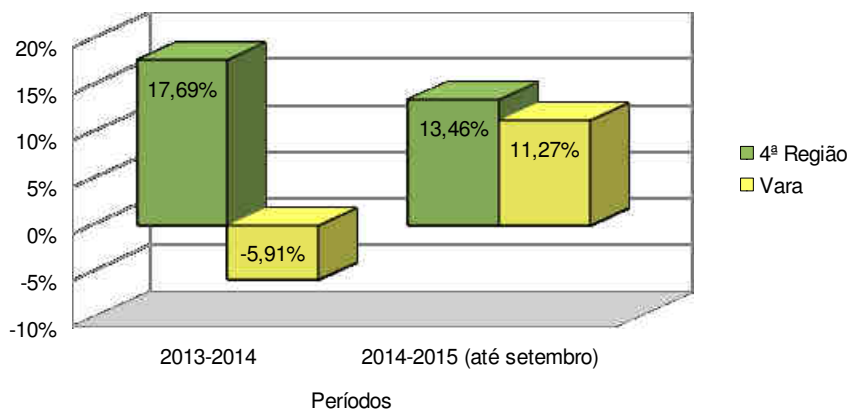
* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2014, registrou-se uma queda de 5,91% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 745 para 701 processos) – índice que destoou do verificado em toda a 4ª Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 17,69%. Destaca-se que, como no ano anterior, o número de processos solucionados superou o de iniciados em 4,60%, o que justifica a redução do número de processos pendentes na fase de conhecimento.

No entanto, os dados dos nove primeiros meses de 2015 apontam elevação de 11,27% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice é similar à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2015, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



Varição percentual dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes (73,61%) se encontravam aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2014. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2013 a 31.12.2014, houve a redução de 98,91% no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo.

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 30.09)	Varição 2014-2015
Aguardando 1ª sessão de audiência	70	152	117,14%	127	-16,45%
Aguardando encerramento da instrução	491	516	5,09%	590	14,34%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	92	32	-65,22%	63	96,88%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	92	1	-98,91%	0	-100,00%
TOTAL	745	701	-5,91%	780	11,27%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 27.10.2015)

3.2.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de conhecimento					
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 30.09)	Varição 2014-2015
Novo Hamburgo – 5ª Vara	34,43%	34,63%	0,58%	46,34%	33,82%
Média no TRT4 - 1ª Instância	40,94%	44,33%	8,28%	52,43%	18,27%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 27.10.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior + processos recebidos)]



A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados, em determinado período, em relação ao total pendentes de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 34,63% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 0,58% em relação ao índice do ano anterior. Apesar disso, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 9,70 pontos percentuais.

3.2.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2013		2014		2015 (até 30.09)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	662	45,44	543	39,78	533	60,64
	Julgado procedente	36	2,47	46	3,37	27	3,07
	Julgado procedente em parte	455	31,23	438	32,09	175	19,91
	Julgado improcedente	149	10,23	168	12,31	39	4,44
	Extinto	8	0,55	2	0,15	1	0,11
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
Sem exame de mérito	Extinto	25	1,72	29	2,12	23	2,62
	Arquivamento (art. 844 CLT)	54	3,71	67	4,91	57	6,48
	Desistência	50	3,43	40	2,93	21	2,39
	Outras decisões	18	1,24	32	2,34	3	0,34
TOTAL		1.457	100	1.365	100	879	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 27.10.2015)

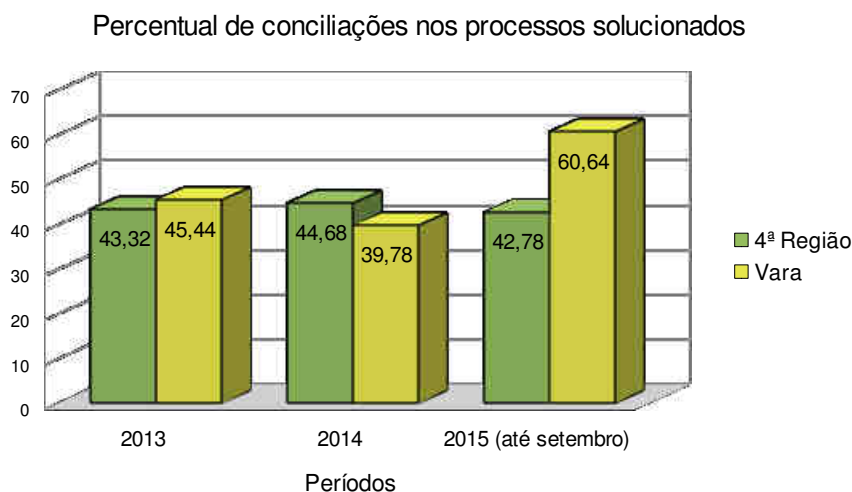
Verificou-se diminuição de 92 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014, na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 6,31%. Esse queda foi superior àquela verificada na 4ª Região que, em 2014, apresentou uma redução média de 2,67%.

Dentre os tipos de solução, verificou-se leve aumento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 648 decisões com resolução de mérito na Unidade. Em 2014, esse número alcançou 654 decisões, representando um aumento de 0,93%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi superior ao do TRT4, o qual registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

Todavia, a análise do quadro acima demonstra considerável queda do percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 662, representando 45,44% dos processos solucionados. Já em 2014, o número



total de conciliações caiu para 543, correspondendo a 39,78% das soluções na fase de conhecimento, índice inferior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,68%. Por fim, constata-se que entre janeiro e setembro do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 60,64% - resultado acima da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue.



3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Iniciadas	244	334	36,89%	235	-29,64%
Encerradas	206	295	43,20%	214	-27,46%
Pendentes	121	150	23,97%	154	2,67%
Arquivo Provisório	5	5	0,00%	6	20,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 27.10.2015)

O número de processos pendentes na fase de liquidação avançou de 121, em 2013, para 150, em 2014, importando em uma elevação de 23,97%. Esse percentual foi superior ao índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%).

O principal motivo dessa elevação foi o aumento de 36,89% no número de liquidações iniciadas na Unidade na comparação entre esses dois períodos (de 244, em 2013, para 334, em 2014). Assim, apesar do aumento de 43,20% no número de liquidações encerradas em relação a 2013, as liquidações iniciadas superaram as encerradas em 13,22% em 2014.



Nos nove primeiros meses de 2015, houve avanço de 04 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2014 - o que corresponde a um aumento de 2,67%, enquanto a média de todo o TRT4 no período registrou queda de 1,43%.

3.3.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Novo Hamburgo – 5ª Vara	40,46%	35,16%	-13,09%	44,42%	26,31%
Média no TRT4 - 1ª Instância	42,12%	44,16%	4,83%	50,33%	13,99%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 27.10.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas/(resíduo anterior + liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 35,16% no ano de 2014, constatando-se uma queda de 13,09% em relação ao índice do ano anterior. Outrossim, na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 9 pontos percentuais.

3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Entrada	Iniciadas	357	420	17,65%	377	-10,24%
	Desarquivadas para prosseguimento	55	445	709,09%	96	-78,43%
Saídas	Encerradas	328	335	2,13%	288	-14,03%
	Arquivadas Provisoriamente	123	108	-12,20%	74	-31,48%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	12	11	-8,33%	6	-45,45%
	Demais	886	954	7,67%	1.083	13,52%
	Total	898	965	7,46%	1.089	12,85%
Saldo no arquivo Provisório		1.548	1.194	-22,87%	1.153	-3,43%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 27.10.2015)

Em 2014, o estoque de execuções pendentes na 5ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo subiu de 898 para 965 processos, o que corresponde a uma elevação de 7,46% em relação ao ano anterior. Esse índice vai de encontro à tendência apresentada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo médio. O principal fator a contribuir para essa elevação foi o aumento de 17,65% no número de execuções iniciadas na Unidade em relação ao ano anterior. Salienta-se que,



apesar do aumento do número de execuções encerradas de 328 para 335 em 2014, as execuções iniciadas superaram as encerradas em 25,37% no período.

Ademais, os dados colhidos no período de janeiro a setembro de 2015 apontam elevação de 12,85% no estoque de processos pendentes na fase de execução, índice maior que a média regional no mesmo período, que avançou 1,25%.

3.4.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Novo Hamburgo – 5ª Vara	73,70%	74,58%	1,20%	78,54%	5,31%
Média no TRT4 - 1ª Instância	69,60%	70,81%	1,74%	80,13%	13,15%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 27.10.2015)

* Taxa de congestionamento = $1 - \frac{\text{número execuções encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{execuções iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 74,58% no ano de 2014, constatando-se um aumento de 1,20% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 3,77 pontos percentuais.

Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Novo Hamburgo – 5ª Vara	88,98%	88,31%	-0,75%	88,64%	0,38%
Média no TRT4 - 1ª Instância	84,51%	84,91%	0,47%	88,15%	3,81%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 27.10.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da 5ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo na fase de execução, a qual passa a corresponder a 88,31% - similar à taxa registrada no ano anterior. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2014, a seu turno, a taxa de congestionamento da Unidade passa a ser 3,40 pontos percentuais maior, o que denota uma efetividade na execução inferior à média regional.

3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Processos com inclusão de devedor no BNDT	236	265	12,29%	133	-49,81%



Processos com exclusão de devedor no BNDT	113	113	0,00%	74	-34,51%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.625	1.699	4,55%	1.703	0,24%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 27.10.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 5ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 30.09.2015. Dessa consulta, constatou-se não haver processos com execução encerrada definitivamente e que ainda possuam devedores inscritos no BNDT.

3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

Incidentes processuais									
Incidente	2013			2014			2015 (até 30.09)		
	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes
Embargos de declaração	239	202	49	254	268	45	87	116	17
Antecipações de tutela	176	107	21	200	219	23	133	151	25
Impugnações à sentença de liquidação	5	7	1	9	15	2	2	7	1
Embargos à execução	80	60	64	68	100	29	55	41	30
Embargos à arrematação	2	1	5	5	7	3	1	4	0
Embargos à adjudicação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	18	8	9	20	25	3	19	21	1

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 27.10.2015)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 556 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 6,92% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados aumentou 64,68% na comparação entre os anos de 2013 e 2014 (de 385 para 634). Em face disso, o número total de incidentes pendentes de decisão em 31.12.2014 alcançou 105, saldo 29,53% menor do que em 31.12.2013. Destaca-se ainda



que, em 30.09.2015, o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 105, saldo 29,52% inferior ao do final do período anterior.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos, a título de amostragem, no quadro abaixo:

1	Processo nº 0104200-15.2002.5.04.0305
Situação processual: consta do sistema inFOR a oposição, em 28.01.2015, de embargos de declaração pela parte ré. Em 30.01.2015, foi publicado despacho no qual o Juízo acolheu o requerimento formulado pela reclamada no referido incidente processual (o qual, se destaca, não se trata de matéria típica de embargos declaratórios). Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
2	Processo nº 0059300-05.2006.5.04.0305
Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação, em 23.01.2012, de embargos à execução pela parte ré. Em 25.01.2012, foi publicado despacho no qual o Juízo deixou de conhecer o incidente processual apresentado, por intempestivo. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
3	Processo nº 0001236-61.2013.5.04.0303
Situação processual: consta do sistema inFOR requerimento de antecipação de tutela , formulado pela parte autora em 13.08.2015. Em 03.09.2015, foi publicada decisão não concedendo a antecipação de tutela pleiteada pelo reclamante. Verifica-se, contudo, que o incidente em comento segue constando como pendente de solução no sistema informatizado, em razão de andamento lançado no dia 03.09.2015.	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 27.10.2015)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.



4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

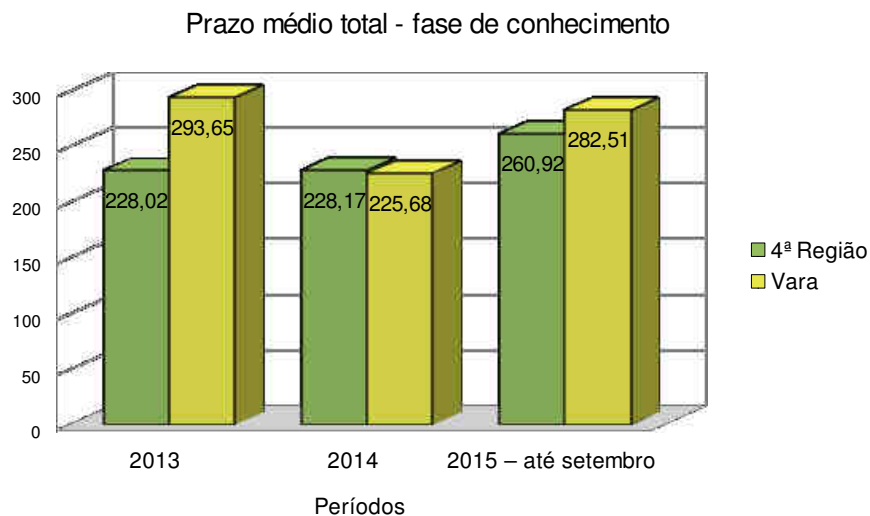
Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	110,26	83,51	-24,26%	118,87	42,36%
	Ordinário	318,28	253,88	-20,23%	310,30	22,22%
	Total	293,65	225,68	-23,15%	282,51	25,18%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 27.10.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação de sentença no rito sumaríssimo alcançou 83,51 dias, correspondendo a um recuo de 24,26% em relação à média do ano anterior. Todavia, nos nove primeiros meses de 2015, o prazo nesse rito foi 42,36% mais moroso na comparação com o ano de 2014.

Por sua vez, o lapso de tramitação dos processos do rito ordinário em 2014 na fase de conhecimento foi de 253,88 dias, média 20,23% inferior na comparação com 2013. Em 2015, porém, o prazo médio avançou 22,22% na comparação com 2014.

Por fim, conforme apontado no gráfico abaixo, o lapso de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 1,09% (2,49 dias) mais célere que a média de todas as Unidades de 1ª instância do TRT4, ao contrário do que se verifica em 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 8,27% (21,59 dias) maior que a média regional. Especificações no gráfico abaixo:





4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	170,74	113,80	-33,35%	140,90	23,81%
	Ordinário	149,77	145,02	-3,17%	174,72	20,48%
	Total	151,87	142,19	-6,38%	171,28	20,46%

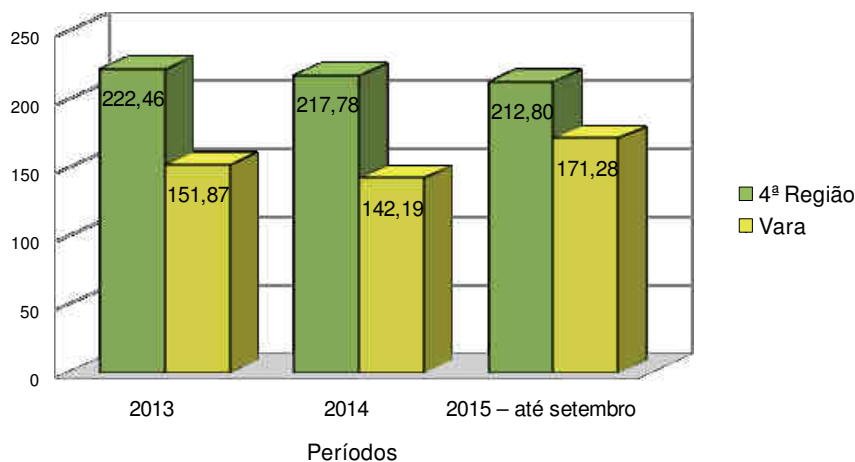
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 27.10.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 113,80 dias, o que equivale a uma redução de 33,35% em relação à média do ano anterior. No entanto, de janeiro a setembro de 2015 o prazo médio no rito sumaríssimo foi de 140,90 dias, período 23,81% maior que em 2014.

Por sua vez, no rito ordinário, o prazo médio na fase de liquidação alcançou 145,02 dias em 2014, média 3,17% menor que a de 2013. Porém, nos nove primeiros meses de 2015, o lapso de tramitação do rito ordinário avançou para 174,72 dias, que equivale a um aumento de 20,48%.

Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi 34,71% (75,59 dias) mais célere do que o desempenho de toda a 4ª Região em 2014, diferença que foi reduzida em 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 19,51% (41,52 dias) menor que a média regional. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de liquidação





4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	353,23	370,27	4,82%	395,39	6,78%
	Ente público	242,67	959,00	295,19%	541,67	-43,52%
	Total	351,95	374,83	6,50%	397,98	6,18%

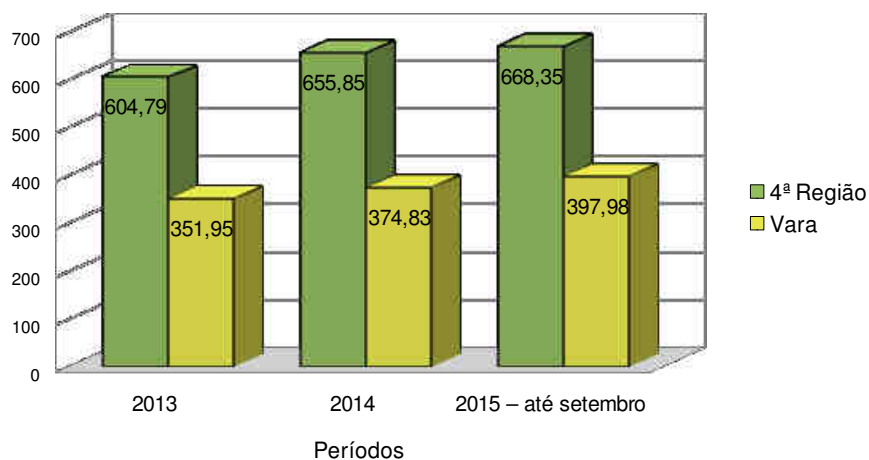
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 27.10.2015)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, avançou de 353,23 dias, em 2013, para 370,27 dias, em 2014 (+4,82%). Em 2015 (janeiro a setembro), da mesma forma, a média aumentou para 395,39 dias, prazo 6,78% maior que a do período anterior.

Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução subiu de 242,67 dias, em 2013, para 959 dias, em 2014. Todavia, nos primeiros 09 meses de 2015, o lapso de tramitação recuou para 541,67 dias, que equivale a uma redução 43,52% na comparação com 2014.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 5ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo foi 42,85% (281,02 dias) mais célere que a média da 4ª Região, diferença que se manteve nesses 09 primeiros meses de 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 40,45% (270,37 dias) menor que a média regional.

Prazo médio total - fase de execução





METAS

5.1 Metas do CNJ – Anos anteriores a 2014

5.1.1 Meta 2 - 2009: *“Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.*

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.1.2 Meta 2 – 2010: *“Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.*

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.1.3 Meta 2 – 2012: *“Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.*

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados	%	Resultado
1.200	1.199	99,92%	Meta cumprida

5.1.4 Meta 2 – 2013: *“Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.*

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados	%	Resultado
1.154	1.153	99,91%	Meta cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

5.2.1 Meta 1: *“Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.*

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos em 2014	Solucionados em 2014	%	Resultado
1.305	1.365	104,60%	Meta cumprida



5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.

META 2/2014 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011			
Processos não julgados em 31/12/2011	Processos distribuídos até 31/12/2011 e julgados entre jan/2012 e dez/2014	%	Resultado
76	75	98,68%	Meta cumprida
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012			
Processos não julgados em 31/12/2012	Processos distribuídos até 31/12/2012 e julgados entre jan/2013 e dez/2014	%	Resultado
944	927	98,20%	Meta cumprida

5.2.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

Observação: O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (percentual precedido do sinal positivo) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (percentual precedido do sinal negativo) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	2.302
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	16
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	361
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	349
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	0
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	351



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	319
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	0
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	398
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	0
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	333
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	5
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	53
P5.16	Número total de processos em fase execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	1
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	67
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	1

* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** = $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$
Percentual de redução - Execução Fiscal = $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$

META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado
-0,39%	Meta não cumprida
META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado
31,25%	Meta cumprida

5.2.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida



5.3 Metas do CNJ – Ano de 2015

5.3.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 30.09.2015	Solucionados até 30.09.2015	%	Resultado parcial (até setembro)
926	879	94,92%	Período insuficiente para aferição do cumprimento da meta

5.3.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012			
Processos não julgados em 31/12/2012	Processos distribuídos até 31/12/2012 e julgados entre jan./2013 e set/2015	%	Resultado parcial (até setembro)
720	662	91,94%	Meta já cumprida

5.3.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 30.09)	Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 30.09)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até setembro)
377	293	77,72%	Período insuficiente para aferição do cumprimento da meta

5.3.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado parcial (até setembro)
0	Meta já cumprida



5.3.5 Meta 7: “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ					
Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014		Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (30.09.2015)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta	Resultado parcial (até setembro)
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	19	35	18	Período insuficiente para aferição do cumprimento da meta
2º	Estado do Rio Grande do Sul	7	6	6	
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	3	1	2	
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	0	0	0	
5º	União	15	4	14	
6º	OI S.A.	9	9	8	
7º	<u>Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)</u>	1	1	0	
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	2	5	1	
9º	Banco do Brasil S.A.	2	1	1	
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	

5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

- a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”



META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 (até 30.09)	Prazo médio a ser alcançado em 2015	Resultado parcial (até setembro)
228,17	225,68	282,51	223,42	Período insuficiente para aferição do cumprimento da meta

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 30.09)	Meta para 2015	Resultado parcial (até setembro)
Total de acordos	662	543	602,5	533	609	Média parcial indicativa de cumprimento da meta
Média mensal de acordos	55,17	45,25	50,21	59,22	50,75	

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças, quartas e quintas-feiras pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

Juiz Titular	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	6 (I) 2 (U) 3 (P)	-	6 (I) 2 (U) 3 (P)	-
Tarde	-	6 (I) 2 (U) 3 (P)	-	6 (I) 2 (U) 3 (P)	-
Juiz Auxiliar	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	6 (I) 2 (U) 3 (P)	-	6 (I) 2 (U) 3 (P)	-	-
Tarde	6 (I) 2 (U) 3 (P)	-	6 (I) 2 (U) 3 (P)	-	-

Obs.: Regime de Juiz Auxiliar até julho/2016

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 11.11.2015)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário



U – Audiências unas de rito sumaríssimo
P – Audiências de prosseguimento
CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias
E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
Inicial	26.11.2015	26.11.2015
Una Sumaríssimo	01.12.2015	01.12.2015
Instrução	15.09.2016	21.06.2016
Tentativa de acordo em execução	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 11.11.2015)

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	41,74	31,88	-23,62%	36,27	13,77%
	Ordinário	44,25	33,74	-23,76%	45,31	34,31%
	Total	43,91	33,39	-23,97%	44,00	31,79%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 27.10.2015)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve seu prazo médio reduzido de 41,74 dias, em 2013, para 31,88 dias, em 2014 (queda de 23,62%). Todavia, nos primeiros 09 meses de 2015, o lapso de tramitação avançou para 36,27 dias, que equivale a um aumento de 13,77% na comparação com 2014.

Por outro lado, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário caiu de 44,25 dias, em 2013, para 33,74 dias, em 2014 (queda de 23,76%), e elevação para 45,31 dias, em 2015 (aumento de 34,31%).

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.



6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2014					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Adriana Ledur	29	25	2	1	57
Alessandra Casaril	10	4	4	0	18
Ana Paula Keppeler Fraga	170	109	34	1	314
Charles Lopes Kuhn	14	12	6	0	32
Gustavo Pusch	226	167	49	3	445
Ivanise Marilene Uhlig de Barros	56	36	19	1	112
Patrícia Heringer	295	166	101	4	566
Rafael Moreira de Abreu	9	12	2	0	23
Rosane Marlene de Lemos	208	121	36	22	387
Thiago Boldt de Souza	27	23	11	4	65
Juiz Não Informado	1	0	1	0	2
TOTAL	1.045	675	265	36	2.021
2015 (até 30.09)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Charles Lopes Kuhn	10	6	4	0	20
Edenir Barbosa Domingos	9	7	1	0	17
Giani Gabriel Cardozo	10	5	1	0	16
Gustavo Pusch	25	19	6	3	53
Ivanise Marilene Uhlig de Barros	200	123	50	12	385
Rosane Marlene de Lemos	508	275	79	45	907
Sheila dos Reis Mondin Engel	20	13	4	0	37
Juiz Não Informado	2	0	0	0	2
TOTAL	784	448	145	60	1.437

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 27.10.2015)

6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.



6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2014						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Adriana Ledur	8	18	0	26	4	30
Alessandra Casaril	5	4	0	9	2	11
Ana Paula Keppeler Fraga	74	95	0	169	13	182
Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo	-	1	0	1	-	1
Charles Lopes Kuhn	10	0	0	10	-	10
Déborah Madruga Costa Lunardi	-	3	0	3	-	3
Gustavo Pusch	136	102	0	238	38	276
Ivanise Marilene Uhlig de Barros	23	24	1	48	5	53
Lúcia Rodrigues de Matos	-	2	0	2	-	2
Patrícia Heringer	140	297	1	438	75	513
Rachel Albuquerque de Medeiros Mello	-	1	0	1	-	1
Rafael Moreira de Abreu	6	8	0	14	-	14
Rosane Marlene de Lemos	117	69	0	186	29	215
Thiago Boldt de Souza	22	28	0	50	2	52
Juiz Não Informado	2	0	0	2	-	2
Total	543	652	2	1.197	168	1.365
2015 (até 30.09)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Adriana Ledur	-	2	0	2	-	2
Ana Paula Keppeler Fraga	1	0	0	1	-	1
Charles Lopes Kuhn	4	5	0	9	-	9
Edenir Barbosa Domingos	6	8	0	14	2	16
Giani Gabriel Cardozo	2	0	0	2	-	2
Gustavo Pusch	24	41	0	65	5	70
Ivanise Marilene Uhlig de Barros	145	46	0	191	25	216
Marcelo Bergmann Hentschke	-	0	0	0	17	17
Patrícia Heringer	-	1	0	1	-	1
Rafael Moreira de Abreu	-	1	0	1	-	1
Rosane Marlene de Lemos	345	136	1	482	52	534
Sheila Dos Reis Mondin Engel	6	0	0	6	3	9
Thiago Boldt de Souza	-	1	0	1	-	1
Total	533	241	1	775	104	879

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 27.10.2015)



6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juíza Titular – Rosane Marlene de Lemos		
0020530-59.2014.5.04.0305	0020621-52.2014.5.04.0305	0020462-12.2014.5.04.0305
Total: 03 processos		

Juíza substituta zoneada – Ivanise Marilene Uhlig de Barros		
0020142-59.2014.5.04.0305	0020532-29.2014.5.04.0305	0020229-15.2014.5.04.0305
0020726-92.2015.5.04.0305	-	-
Total: 04 processos		

Juiz Substituto – Charles Lopes Kuhn		
0020716-82.2014.5.04.0305	-	-
Total: 01 processo		

(Fonte: Dados consolidados pelo Projeto BI TRT4 até o dia 10.11.2015. 50 dias anteriores à data da correição: 21.09.2015)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Na data da visita correcional, havia 70 processos pendentes de elaboração das tarefas acima mencionadas, com datas de determinação de 05 a 11.11.2015.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Havia 25 processos pendentes com datas de determinação de 05 a 11.11.2015.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Os alvarás são expedidos em 48 horas, a contar da determinação.

7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

As petições são juntadas em até 24 horas, a contar da protocolização.

7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Na data da visita correcional, estava em análise o protocolo de 11.11.2015.



7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

A certificação de prazo estava em 04.11.2015.

7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Tarefa executada duas vezes por semana.

7.8 CONVÊNIOS

Utilizados regularmente pela Unidade.

7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Havia 25 processos pendentes de arquivamento. Tarefa executada semanalmente.

7.10 EXAME DOS LIVROS

7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000190-02.2011.5.04.0305	27.05.2015	4 meses e 26 dias
2	0000737-42.2011.5.04.0305	15.06.2015	4 meses e 8 dias
3	0000236-25.2010.5.04.0305	15.06.2015	4 meses e 8 dias
4	0100500-84.2009.5.04.0305 ¹	22.07.2015	3 meses e 1 dia
5	0007400-17.2005.5.04.0305 ²	27.07.2015	2 meses e 26 dias
6	0000512-17.2014.5.04.0305	17.08.2015	2 meses e 6 dias
7	0021800-80.1998.5.04.0305 ²	19.08.2015	2 meses e 4 dias
8	0081600-63.2003.5.04.0305	01.10.2015	22 dias
9	0000016-51.2015.5.04.0305	01.10.2015	22 dias
10	0001003-63.2010.5.04.0305	02.10.2015	21 dias
11	0000644-74.2014.5.04.0305	05.10.2015	18 dias
12	0000575-81.2010.5.04.0305	06.10.2015	17 dias
13	0092800-57.2009.5.04.0305	07.10.2015	16 dias
14	0001294-92.2012.5.04.0305	07.10.2015	16 dias
15	0001214-31.2012.5.04.0305	07.10.2015	16 dias
16	0000073-40.2013.5.04.0305	08.10.2015	15 dias
17	0001338-77.2013.5.04.0305	09.10.2015	14 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 22.10.2015)

¹ Autos arquivados provisoriamente sem baixa da carga.

² Autos tramitando sem baixa da carga.



7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0001049-52.2010.5.04.0305	11.06.2015	4 meses e 12 dias
2	0000111-52.2013.5.04.0305	24.09.2015	29 dias
3	0000450-11.2013.5.04.0305	11.10.2015	12 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 22.10.2015)

7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	305-00222/15	0000444-09.2010.5.04.0305	28.04.2015	5 meses e 25 dias
2	305-00342/15	0000781-90.2013.5.04.0305	23.06.2015	4 meses
3	305-00343/15	0048000-46.2006.5.04.0305	23.06.2015	4 meses
4	305-00339/15	0000318-17.2014.5.04.0305	26.08.2015	1 mês e 27 dias
5	305-00420/15	0001003-92.2012.5.04.0305	15.09.2015	1 mês e 8 dias
6	305-00421/15			
7	305-00423/15	0000214-25.2014.5.04.0305	23.09.2015	1 mês
8	305-00428/15	0001124-86.2013.5.04.0305	29.09.2015	24 dias
9	305-00429/15	0000573-43.2012.5.04.0305	29.09.2015	24 dias
10	305-00431/15	0017700-48.1999.5.04.0305	29.09.2015	24 dias
11	305-00448/15	0014400-20.1995.5.04.0305	06.10.2015	17 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 22.10.2015)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 22.10.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **333 processos**. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema inFOR e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0001023-54.2010.5.04.0305
Aspectos gerais dos autos*: ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 272; certidão no verso da fl. 320 com espaços em branco. Movimentação processual: do termo de juntada da fl. 307, lavrado em 27.6.2014 ao despacho da fl. 310,	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

proferido em 21.8.2014, decorreram 55 dias sem movimentação processual.

2 0000403-08.2011.5.04.0305

Aspectos gerais dos autos*: certidão no verso da fl. 83 com espaços em branco; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 88; certidão no verso da fl. 101 com espaços em branco. **Movimentação processual:** despacho da fl. 102 (proferido em 08.10.2015) pende de cumprimento.

3 0012500-11.2009.5.04.0305

Aspectos gerais dos autos*: ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 119; os expedientes mencionados na certidão da fl. 137 não foram juntados aos autos. **Movimentação processual:** não houve movimentação processual de 17.4.2015 (data da resposta ao pedido de bloqueio via Bacen Jud – fl. 135-136) a 03.6.2015 (data da certidão lavrada à fl. 137); cumprimento do despacho da fl. 138 em 120 dias (despacho proferido em 03.6.2015; cumprimento em 09.10.2015).

4 0000505-93.2012.5.04.0305

Aspectos gerais dos autos*: anotações a lápis na capa dos autos; certidão no verso da fl. 131 com espaços em branco. **Movimentação processual:** cumprimento do despacho da fl. 144 em 26 dias (despacho proferido em 02.9.2015; notificações das fls. 145-148 elaboradas em 30.9.2015).

5 0108900-58.2007.5.04.0305

Aspectos gerais dos autos*: ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos às fls. 390 e fl. 402; ausência de carimbo 'em branco' no verso das fls. 404 e 405. **Movimentação processual:** nada a apontar.

6 0000616-55.2013.5.04.0301

Aspectos gerais dos autos*: ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos às fls. 724, 734 e 735; ausência de identificação nos termos de juntada lavrados no verso da fl. 737 e verso da fl. 739; ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 738; certidão no verso da fl. 762 com espaços em branco; ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 822; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 826. **Movimentação processual:** o laudo contábil elaborado no processo 0000625-05.2013.5.04.0305, utilizado como prova emprestada nos presentes autos, conforme noticiado no despacho da fl. 747, foi apresentado em 26.11.2014, conforme andamentos do Infor e este processo ficou aguardando a juntada de cópia do referido laudo de 13.6.2014 (despacho da fl. 747) a 28.5.2015 (termo de juntada e certidão da fl. 763); conforme andamentos do Infor, o laudo contábil complementar foi apresentado no processo 0000625-05.2013.5.04.0305 em 07.8.2015 e o despacho da fl. 858, proferido em 21.8.2015, determina que os presentes autos aguardem a complementação pericial contábil.

7 0001474-11.2012.5.04.0305

Aspectos gerais dos autos*: ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos às fls. 69 e 77. **Movimentação processual:** o prazo do edital da fl. 87 expirou em 02.12.2014, conforme registro de andamentos do Infor e a certificação de decurso de prazo foi efetuada em 08.1.2015 (prazo superior a 30 dias).

8 0001155-43.2012.5.04.0305

Aspectos gerais dos autos: a data da certidão lavrada no verso da fl. 204 está equivocada



quanto ao ano; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos às fls. 208 e 220; ausência de identificação do servidor que lavrou o termo de juntada no verso da fl. 220; a certidão e termo de remessa da fl. 225 não estão assinadas pela servidora responsável; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 273; ausência de carimbo 'em branco' no verso das fls. 274 e 275; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 305; ausência de carimbo 'em branco' no verso das fls. 306 e 307. **Movimentação processual:** cumprimento do despacho da fl. 303 em 29 dias (notificação da fl. 304).

9 0000510-52.2011.5.04.0305

Aspectos gerais dos autos*: ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 62. **Movimentação processual:** nada a apontar.

10 0085800-74.2007.5.04.0305

Aspectos gerais dos autos*: ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos às fls. 716, 841 e 847. **Movimentação processual:** nada a apontar.

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no inFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

Prática	Exemplos
Aguardando cumprimento de despacho	0030900-93.1997.5.04.0305
	0026500-55.2005.5.04.0305
	0101800-86.2006.5.04.0305
Autos aguardando arquivamento	0109600-10.2002.5.04.0305
	0114600-88.2002.5.04.0305
	0113400-46.2002.5.04.0305
Demora no impulso processual	0000445-52.2014.5.04.0305
	0122000-12.2009.5.04.0305
	0088600-75.2007.5.04.0305
Execução reunida ou suspensão do processo sem registro no INFOR	0001499-24.2012.5.04.0305
	0066800-54.2008.5.04.0305
	0092300-93.2006.5.04.0305
Processo recebido de outro órgão ou CP devolvida à origem sem andamento	0001482-85.2012.5.04.0305
	0000986-22.2013.5.04.0305
	0000546-89.2014.5.04.0305



Registros desatualizados	0113200-29.2008.5.04.0305
	0062800-74.2009.5.04.0305
	0060700-54.2006.5.04.0305

No exame dessa listagem, verificou-se elevada quantidade de processos que dependem efetivamente de impulso processual. Essa situação é verificada em todas as fases, excetuados os que aguardam cumprimento de acordo, pagamento de precatório e andamento de outros processos.

Verificou-se, também, relevante quantidade de processos que aguardam a execução de outro feito mas não registram o andamento de “Processo suspenso/sobrestado” ou “Execução reunida”, de acordo com cada caso. Tal situação prejudica o desempenho da Unidade na apuração do número de processos em fase de execução e na contagem do tempo médio de tramitação das demandas nessa fase.

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocadamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

A implantação do PJe na Unidade Judiciária ocorreu em 13.06.2014.

Para efeito correcional, foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 04.11.2015 e 09.11.2015 com nova verificação na data da inspeção, juntamente com a Diretora de Secretaria. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:

Agrupador	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos c/petições avulsas	-	-	-	11.11.2015
C/habilitações não lidas	-	-	-	11.11.2015
C/pedido de liminar	-	-	-	11.11.2015
C/petições não apreciadas	-	-	-	11.11.2015
Mandados devolvidos OJ	-	-	-	11.11.2015
Pasta	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando cumprimento providência	Conhecimento	210	12 processos na subpasta '06 a 10.11'	11.11.2015
Aguardando cumprimento providência	Liquidação	07	01 processo na subpasta '11 a 15.11' (20148.32.2015)	14.10.2015
Aguardando cumprimento providência	Execução	133	04 processos na subpasta '01 a 05.11'	11.11.2015
Aguardando ciência	Conhecimento	18	20000.55.2014	27.10.2015
Aguardando ciência decisão-ConPra	Conhecimento	02	20394.68.2014	05.11.2015
Aguardando término dos prazos	Conhecimento	67	20472.22.2015	16.10.2015
Aguardando término dos prazos	Liquidação	08	20036.97.2014	29.10.2015
Aguardando término dos prazos	Execução	25	20266.42.2014	13.10.2015
Apreciar urgentes	-	-	-	11.11.2015
Controle manual prazo pós sent	Conhecimento	09	20464.45.2015	30.9.2015
Controle manual prazo pós sent	Liquidação	-	-	11.11.2015
Controle manual prazo pós sent	Execução	-	-	11.11.2015
Prazos vencidos	Conhecimento	40	20215.31.2014	31.10.2015
Prazos vencidos	Liquidação	01	20494.17.2014	05.11.2015
Prazos vencidos	Execução	04	20721.70.2015 20110.20.2015	Ambos de 06.11.2015
Remeter ao 2º Grau	-	15	20185.93.2014 (*)	17.10.2015
Triagem inicial	-	01	21143.45.2015	10.11.2015

(*) Problemas operacionais para remessa; com chamado junto à Setic.

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

Verificou-se que os processos são movimentados regularmente e, relativamente à designação de audiências iniciais, a Unidade observa o teor do art. 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na



designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

Constatou-se que há bom gerenciamento, verificação periódica das tarefas e movimentação processual satisfatória dos processos que tramitam no meio eletrônico. As pastas e subpastas criadas possibilitam boa organização e visualização das tarefas a serem executadas pela Unidade.

De qualquer forma, reiterou-se à Diretora de Secretaria a necessidade de gerenciamento e verificação constante dos agrupadores para melhor controle da movimentação processual.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

O destaque nos bons resultados apresentados pela 5ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo está na celeridade das fases de liquidação e execução e no alto percentual de processos solucionados por meio acordos, que atingiu, até setembro de 2015, o patamar de pouco mais de 60% (sessenta por cento). O lapso de tramitação na fase de execução foi, até setembro de 2015, 270 (duzentos e setenta) dias mais célere do que a média regional, em continuidade à tendência já verificada em 2014. Ainda na fase de execução, a unidade sobressai-se por não ter apresentado nenhuma inclusão de devedor no BNDT em execuções já encerradas definitivamente. Quanto à fase de conhecimento, foi constatada elevação do prazo médio de tramitação que, no ano de 2014, já se igualava à média do Estado; não obstante, em contrapartida, a unidade atingiu a meta específica do CNJ de 2014 para proceder-se ao julgamento de maior número de ações do que as distribuídas no período.

A avaliação geral da unidade, portanto, é muito positiva e a certa tendência de aumento do acervo de processos é equilibrada e compatível com a movimentação processual da unidade.

Os lapsos apontados quando do exame dos processos físicos, conforme verificado com auxílio da Diretora de Secretaria, estão relacionados ao período de greve da categoria de servidores, que contou com a adesão média em torno de 50% (cinquenta por cento) do quadro de pessoal da unidade e, ainda, ao período de adaptação ao sistema do PJe, instalado há pouco mais de um ano (junho de 2014).

Ao final da Correição, a Corregedora louvou a todos os presentes pelos resultados apresentados e pelo comprometimento na realização das atividades.

A Juíza Titular Rosane Marlene de Lemos demonstrou o seu comprometimento com a jurisdição e com as questões relevantes à gestão da unidade e comprometeu-se a manter a prolação de suas sentenças de acordo com ordem cronológica de encerramento.



12 RECOMENDAÇÕES

ITEM 5.3.1 (Meta CNJ 1/2015)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 está inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período.

ITEM 5.3.3 (Meta CNJ 5 - 2015)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

ITEM 6.3 - PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de de 180 dias para o encerramento da instrução desde a realização da audiência inicial.

13 DETERMINAÇÕES

ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

a) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 30.01.2015, relativos à conclusão para julgamento dos embargos de declaração opostos pela parte ré e da decisão que acolheu o referido incidente processual no processo nº 0104200-15.2002.5.04.0305;

b) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 25.01.2012, relativos à conclusão para julgamento dos embargos à execução apresentados pela parte ré e da decisão que deixou de receber o referido incidente processual no processo nº 0059300-05.2006.5.04.0305;

c) efetue a exclusão do andamento informatizado “Antecipação de Tutela – Parte Requer”, datado de 03.09.2015, no processo nº 0001236-61.2013.5.04.0303.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há



mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO

Determina-se que as Juízas **Rosane Marlene de Lemos** e **Ivanise Marilene Uhlig de Barros** profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.7 deste relatório correcional, com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

Cientifique-se o Juiz **Charles Lopes Kuhn** acerca do processo nº 0020716-82.2014.5.04.0305, concluso há mais de 50 dias, indicado no mesmo item deste relatório, para que profira a sentença com a maior brevidade possível.

ITENS 7.10.1 e 7.10.2 - ADVOGADOS E PERITOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 7.10.3 - MANDADOS – PRAZOS VENCIDOS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.3 deste relatório correcional, em como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote como prática o zelo pelos autos dos processos que tramitam na Unidade Judiciária, evitando anotações na capa, que deverá ter sua conservação mantida de forma satisfatória (art. 74 da CPCR);
- b) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- c) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG);



- d) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais, cumprindo, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- e) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquelas verificadas nos processos nº 0012500-11.2009.5.04.0305 e 0000616-55.2013.5.04.0305;
- f) atente para a estrita observância das determinações contidas nos despachos proferidos nos autos, evitando situações como a verificada no processo 0012500-11.2009.5.04.0305, analisado no item 8.1;
- g) movimente o processo 0000403-08.2011.5.04.0305 analisado no item 8.1
- h) movimente o processo 0000616-55.2013.5.04.0305 considerando as observações lançadas na análise da movimentação processual, relativamente ao laudo contábil utilizado como prova emprestada – item 8.1

8.2 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **333 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardando cumprimento de acordo, pagamento de precatório, andamento de outros processos ou decurso de prazo). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) diligencie para dar cumprimento aos despachos (processos nº 0030900-93.1997.5.04.0305, nº 0026500-55.2005.5.04.0305, nº 0101800-86.2006.5.04.0305);
- b) archive os processos (nº0109600-10.2002.5.04.0305, nº 0114600-88.2002.5.04.0305, nº 0113400-46.2002.5.04.0305);
- c) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito (processos nº 0000445-52.2014.5.04.0305, nº 0122000-12.2009.5.04.0305, nº 0088600-75.2007.5.04.0305);
- d) informe a reunião/suspensão do feito, conforme o caso (processos nº0001499-24.2012.5.04.0305, nº 0066800-54.2008.5.04.0305, nº 0092300-93.2006.5.04.0305);
- e) dê andamento aos processos e Cartas Precatórias devolvidas (processos nº 0001482-85.2012.5.04.0305, nº 0000986-22.2013.5.04.0305, nº 0000546-89.2014.5.04.0305),
- f) atualize os registros (processos nº0113200-29.2008.5.04.0305, nº 0062800-74.2009.5.04.0305, nº 0060700-54.2006.5.04.0305).



14 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os Juízes e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Compareceu a Presidente da Seccional da OAB local, a advogada Ivete Dieter, que elogiou tanto o atendimento dispensado por todos os servidores de todas as unidades do Foro como o trabalho, atuação e tratamento dispensado pelos Juízes.

Especificamente em relação às 2ª, 4ª e 5ª Varas e Coordenadoria de Controle de Direção do Foro de Novo Hamburgo, compareceu, na qualidade de representante da AGETRA, o advogado Álvaro Klein, que relatou o bom trabalho que vem sendo demonstrado por essas unidades.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

16 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Titular Rosane Marlene de Lemos, pela Diretora de Secretaria Carla Lenhard e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

Beatriz Renck
Corregedora Regional